

A PRIMEIRA EXPEDIÇÃO BRASILEIRA À ANTÁRTICA

Em 5 de janeiro de 1983, o Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Barão de Teffé” fundeou na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, arquipélago Shetland do Sul, na Antártica. Às 19h25, o Comandante do navio, Capitão de Mar e Guerra Fernando José Andrade Pastor, o Coordenador Científico da Expedição, então Capitão de Fragata Eugênio José Ferreira Neiva, e o Representante do Ministério das Relações Exteriores, então Conselheiro Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, desembarcaram na Estação Antártica “Henryk Arctowski”, da Polônia, onde foi hasteada a Bandeira do Brasil, marcando o início da nossa presença no Continente Austral.

A Primeira Expedição Brasileira à Antártica, que contou também com o Navio Oceanográfico (NOc) “Professor Wladimir Besnard”, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, foi o coroamento de várias medidas desencadeadas desde o início de 1982 e teve como resultado a elevação do Brasil à Parte Consultiva do Tratado da Antártica ainda em 1983, representando significativo ponto de inflexão na posição brasileira junto à comunidade internacional.

O Comandante Neiva, nosso entrevistado desta edição, foi o primeiro Subsecretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), função exercida entre 1982 e 1984, quando participou ativamente das ações desencadeadas para a realização da Primeira



Expedição Brasileira ao Continente Gelado, na qual atuou como Coordenador Científico.

RCN • O ano de 1982 representa um marco na história antártica brasileira e o senhor teve o privilégio de participar desse início, mas quais acontecimentos prévios levaram a Marinha a estabelecer o “Rumo à Antártica”?

COMANDANTE NEIVA • “Sempre enfim para o austro a aguda proa” (*Os Lusíadas*, Canto V – 12). Foi assim, citando Camões, que o Almirante Múcio ⁽¹⁾ nos deu as boas-vindas ao que seria o Programa Antártico Brasileiro, o PROANTAR, e sintetizou a missão que nos estava sendo atribuída, em 12 abril de 1982. Simples, só nos restava virar o leme e aproar 180°.

Mas, quais as origens do que então se iniciava? Para responder, valho-me das memórias do próprio Almirante Múcio ⁽²⁾. Tudo teria começado lá no Ano Geofísico Internacional (AGI, 1957-1958), do qual o Brasil fez parte, com ampla participação da Marinha em pesquisas oceanográficas e com a reocupação da Ilha da Trindade, para fins científicos. Entretanto, no AGI, diferentemente do que fizeram alguns outros

países, não desenvolvemos nenhuma atividade científica no continente antártico, pelo que não fomos nem cogitados para participar das reuniões que resultaram no Tratado da Antártica (Washington, 1º de dezembro de 1959).

Porém algo ficara. Desde o início da década de 1960, alguns cientistas⁽³⁾ e vários oficiais da Marinha haviam estagiado, a convite, fruto da atividade diplomática do Itamaraty, em bases antárticas chilenas e inglesas e/ou participado de viagens de navios de pesquisa à Antártica. Ainda nos anos 1970, tinha sido criada a organização civil Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA), no Clube de Engenharia, dirigido pelo engenheiro João Aristides Wiltgen; personalidades como o Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, a geógrafa Therezinha de Castro, o jurista Clóvis Ramalhete e professores da Escola Superior de Guerra eram frequentes em abordar o tema na imprensa.

Contudo, em que pese o patente interesse por parte de vários setores da sociedade, a Antártica permanecia fora das cogitações e prioridades do governo brasileiro até aquele momento. Porém, a essa altura, o tema já transcendera as instâncias do Estado. E, com o passar do tempo, foi se cristalizando a convicção, notadamente no Ministério das Relações Exteriores (MRE) e na Marinha, de que o País deveria ter também participação ativa nos destinos do continente antártico. Como pano de fundo, tanto uma visão utilitarista, a de que sob os doze milhões de quilômetros quadrados de gelo e em seu entorno estariam inesgotáveis recursos minerais e biológicos, quanto uma visão estratégica, de que a Marinha deveria ter capacitação para operar em todo o Oceano Atlântico Sul, até o seu limite austral.

Assim é que, tentando recuperar o tempo perdido, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975 e, no ano seguinte, no governo Geisel, foram aprovadas diretrizes para a criação de uma Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), a ser dirigida pelo MRE, para assessorar a Presidência na formulação de uma política antártica, e de um instituto de pesquisas antárticas, na estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para implantar aquela política. Esses órgãos, contudo, não foram criados na época⁽⁴⁾, alegadamente por razões conjunturais, de equilíbrio das relações com a Argentina.

RCN • Pelo exposto, a importância da Antártica para o Brasil já fora entendida em meados dos anos 1970, mas faltava transformar as ideias

em ações concretas. Como isso aconteceu e qual o papel da Marinha nessas ações iniciais?

COMANDANTE NEIVA • Em 1981, o Alte Múcio percebeu o que lhe pareceu ser uma janela de oportunidade para colocar a Antártica no foco do governo, a partir da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Contando com a aprovação entusiasmada do Ministro Maximiano⁽⁵⁾ e de outras autoridades no Estado-Maior da Armada (EMA) e na Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), o Almirante Múcio deu a partida. E o fez com um almoço em que reuniu o Embaixador Rubens Ricúpero, então chefe do Departamento das Américas do MRE (ao qual o assunto era afeto) e o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, presidente do CNPq. Buscava obter o aval das instituições por eles representadas para que fosse a CIRM a coordenadora das ações necessárias para a realização dos trabalhos científicos indispensáveis para que o País pudesse ser aceito como Parte Consultiva do Tratado da Antártica.

Como argumentos básicos, a capacidade logística da Marinha, a sua tradição na condução de pesquisas marinhas em colaboração com universidades, a experiência centenária em cartografia marinha e a disponibilidade de um órgão executivo já pronto, a Secretaria da CIRM



Coleta de material para as pesquisas de oceanografia biológica e biologia marinha

(SECIRM). Chegou-se então a uma fórmula de consenso – a de que seria provisoriamente (grifo do Almirante Múcio em suas memórias) atribuída à CIRM a incumbência de preparar e implantar o PROANTAR, até que fossem criados os órgãos definitivos para fazê-lo, como disposto nas diretrizes do governo de 1976.

RCN • Obtido o aval do MRE e do CNPq para a CIRM promover o PROANTAR, era preciso dispor de um navio polar e congregar cientistas para elaboração de um programa de pesquisas. Como essas ações foram conduzidas?

COMANDANTE NEIVA • Os ilustres e caros colegas Capitães de Fragata Luís Antônio de Carvalho Ferraz (hidrógrafo) e Paulo Roberto da Poz Calheiros (engenheiro naval) foram rodar Europa e América, em missão do EMA, em busca de navios capazes de operar na Antártica que estivessem disponíveis para cessão, da forma que fosse. Após um périplo amplo porém rápido, retornaram com uma lista que foi apresentada ao Ministro Maximiano, no EMA. Da lista, o M/S “Thala Dan”, navio mercante dinamarquês com capacidade de operar no gelo, despertou o interesse do Ministro, tanto pelo relativo bom estado do navio, quanto pelo que valeria quando fosse posteriormente alienado. Sendo a avaliação de custo/benefício bastante favorável, tomou o Ministro a imediata decisão de adquirir o navio. Decisão muito acertada, como se viu nos anos posteriores, pela efetividade do emprego do “Thala Dan” na Marinha, rebatizado NApOc “Barão de Teffé”.

De nossa parte, começamos na SECIRM um trabalho quase frenético de identificar e contactar instituições e cientistas brasileiros interessados em propor projetos de pesquisa, enquanto, em paralelo, o Itamaraty dava prosseguimento a contatos diplomáticos visando angariar cooperação internacional, tanto para coligir um acervo de informações externas que nos ajudassem a formular um programa e definir propósitos e roteiros para uma primeira viagem, quanto para divulgar nossos esforços e pretensões no âmbito internacional.

Ainda nessa fase, realizamos em maio de 1982 um “Seminário sobre Assuntos Antárticos”, no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP). Foi um marco definidor da primeira versão do PROANTAR, pois, a partir desse encontro, ganharam contornos mais claros os interesses dos pesquisadores e das suas instituições e firmou-se a decisão de o navio



No laboratório do NOc “Professor Wladimir Besnard”, retirada da água coletada pelas garrafas Nansen

oceanográfico da USP, o “Professor Wladimir Besnard”, também participar dessa primeira campanha de exploração e pesquisas, junto com o “Barão de Teffé”.

RCN • Como foi planejado o emprego desses dois navios na Primeira Expedição?

COMANDANTE NEIVA • O “Teffé” realizaria um cruzeiro em duas etapas: na Península Antártica, para conhecer as pesquisas e instalações de algumas das estações científicas lá existentes (e mostrar a bandeira, por óbvio); e no Mar de Weddel, após uma pausa em Punta Arenas, no Chile, para experimentar a navegação em reais condições de gelo e visitar a estação alemã “Georg von Neumayer”, estabelecida sobre a capa de gelo permanente.

Por seu lado, o pequeno mas valente “Prof. W. Besnard” seguiria para as ilhas Shetland do Sul e Estreito de Bransfield, ao norte da Península Antártica, concentrando suas pesquisas no “krill”, crustáceo que está na base da cadeia alimentar de inúmeras espécies antárticas. Esperava-se com essas pesquisas engajar os cientistas brasileiros no programa internacional BIOMASS (*Biological Investigation of Marine Antarctic Systems and Stocks*).

RCN • Em 20 de dezembro de 1982, quando o NApOc “Barão de Teffé” partiu do Rio de Janeiro, além da tripulação estavam embarcados representantes de várias instituições. Qual o propósito da participação desses observadores?

COMANDANTE NEIVA • Conosco no “Teffé” estavam as cientistas Isabel Gurgel (UERJ) e



O encontro dos navios "Barão de Teffé" e "Professor Wladimir Besnard". Na foto, o Comandante Neiva e o Dr. Motonaga Iwai, coordenadores científicos dos navios

Mônica Montú (UFPR), biólogas, cujo interesse estava no "krill" e no ecossistema antártico; a física Vera Kuntz e o técnico Armando Hadano (INPE), envolvidos na coleta de dados de medidas de propagação de ondas de rádio em frequências muito baixas; a Dra. Judith Cortesão e o Clayton Lino, da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente, órgão precursor do Ministério do Meio Ambiente), ambientalistas; os geólogos Dr. Jorge Palma e Armando Neiva (DNPM, Departamento Nacional de Pesquisas Minerais); a bióloga Jane Mocellin (Unisinos), interessada em comportamento humano em ambientes restritos; o engenheiro Paulo César Ceragioli (FIESP), no estudo das possibilidades do envolvimento da indústria nacional nas atividades antárticas brasileiras; os documentaristas Ignácio Lyonel Lucini e Antônio Segati Filho, especialistas da SEMA em filmes documentários da natureza; e Peter Barry e Adalbert Kolpatzik, membros do Clube Alpino Paulista com larga experiência em alpinismo e sobrevivência no gelo, como assessores e instrutores de segurança.

Além desses, fechavam o nosso grupo o então Conselheiro Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, do MRE, diplomata que participou ativamente do PROANTAR desde o seu nascimento e a ele prestou inestimável contribuição; o colega da DHN Marco Antônio Gonçalves Bompert, então Capitão de Corveta, nas suas qualificações de hidrógrafo com formação em geologia marinha, incumbido de relatar as necessidades e possibilidades de se desenvolver um plano básico para uma Cartografia Antártica de interesse brasileiro; e o colega do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) José Henrique Salvi Elkfury, jovem entusiasmado e brilhante, então Capitão-Tenente (FN), com o encargo de estudar a logística de empreendimentos como o que estávamos realizando, com vistas a orientar futuras expedições e demais atividades antárticas.

Juntavam-se ao grupo, como observadores,

oficiais do Exército e da Aeronáutica e das Armadas do Chile, Argentina e Peru, bem como repórteres de organizações jornalísticas nacionais ⁽⁶⁾.

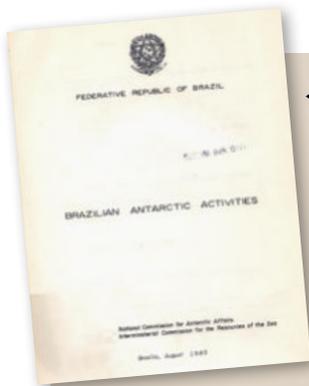
Tamanha diversidade nos preocupava no início da viagem, preocupações que se mostraram infundadas. De pronto, estávamos todos de mão na massa no apoio à realização das pesquisas, lançando redes de plâncton, coletando dados oceanográficos e meteorológicos, participando de iniciativas não planejadas, como a observação de aves organizada pela Dra. Judith Cortesão para caracterizar o *continuum* insular das espécies antárticas. A convivência dos diversos e a troca de experiências se mostrou um trunfo, tanto para o sucesso da expedição, pelo apoio mútuo e entusiasmado, quanto para debater as ideias sobre as linhas de pesquisa a serem privilegiadas no futuro PROANTAR.

RCN • Concluída a Primeira Expedição, o que veio a seguir?

COMANDANTE NEIVA • Em 28 de fevereiro de 1983 estávamos de volta ao Rio de Janeiro, 10.099,7 milhas navegadas e cinquenta dias de mar no "Barão de Teffé"; e ao porto de Santos, no dia 23, 9.345 milhas navegadas e 48 dias de mar no bravo "Prof. W. Besnard". Sãos, salvos, ainda deslumbrados pela natureza antártica, relatórios por fazer, pesquisas para publicar, mas com muitos planos, quem sabe novos desafios, pesquisas e viagens e renovados deslumbramentos.

Final? Apenas um anticlímax! Logo fomos convocados ao MRE pelo Embaixador Marcos Castrioto Azambuja. Recebera ele sinalização de outros governos de que poderíamos ter sucesso no pleito de sermos aceitos como membro consultivo do Tratado da Antártica, em próxima reunião, o que seria muito antes do que esperávamos.

Novas correrias – coligir documentos, organizar, publicar, distribuir –, mais contatos e reuniões, para enfim produzirmos um dossiê sumariando os trabalhos executados e os planejados ⁽⁷⁾, a ser submetido à V Reunião Consultiva Especial do Tratado da Antártica, programada para setembro de 1983, em Camberra, Austrália. E lá fomos, em delegação do MRE dirigida pelo Embaixador Azambuja, composta pelo Contra-Almirante João Maria Didier Barbosa Viana, do EMA, e o Secretário Bruno Bath, do MRE, da qual fiz parte como assessor cientí-



◀ **Relatório apresentado pelo Brasil como proposta para ser aceito como membro consultivo**

Relatório da V Reunião Consultiva do Tratado da Antártica, no qual o Brasil é aceito como membro consultivo



Record their acknowledgement that the Republic of India and the Federative Republic of Brazil have fulfilled the requirements established in Article IX, paragraph 2 of the Antarctic Treaty and that, as a consequence, they are entitled, during such time as they continue in accordance with Article IX-2 to demonstrate that interest, to appoint representatives to participate in the Consultative Meetings provided for in Article IX, paragraph 1 of the Treaty; and hereby warmly welcome the Republic of India and the Federative Republic of Brazil as participants in such meetings.

Fotocópia de trecho do Relatório da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica⁽⁸⁾, com a declaração da aceitação do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártica, em 12 de setembro de 1983

fico e representante do PROANTAR.

Pleito apresentado ao plenário das partes consultivas do Tratado da Antártica, documentos submetidos, defesa oral das nossas pretensões e negociações de bastidores, horas de espera e tensão na Embaixada do Brasil em Camberra, até a notícia do sucesso. O Brasil estava, enfim, aceito como membro consultivo do Tratado, em 12 de setembro de 1983 e podíamos participar da XII Reunião Consultiva que se seguiria.

RCN • Passados quarenta anos, qual sua avaliação da Operação Antártica I?

COMANDANTE NEIVA • Ao fim e ao cabo, resultou que a Primeira Expedição Brasileira à Antártica foi um empreendimento cujo sucesso ultrapassou largamente a viagem em si dos dois navios. A opinião pública nacional acompanhou tudo de perto, por meio das frequentes notícias publicadas na imprensa, do que se formou uma onda de aprovação e simpatia pela presença

brasileira na Antártica. Haja vista o verdadeiro assédio pelo qual passou a SECIRM a partir de então por parte de candidatos a pesquisas e, despertado o imaginário popular, de voluntários de toda natureza para se juntarem às atividades antárticas. No âmbito do Tratado da Antártica, graças ao trabalho intenso do MRE, houve o reconhecimento da relevância das atividades desenvolvidas e planejadas, do que resultou o acolhimento das pretensões nacionais.

Em suma, passados não mais de escassos vinte meses desde a criação da Subsecretaria da CIRM para Assuntos Antárticos, tínhamos alcançado nosso propósito imediato maior e lançado as bases para assegurar a continuidade do projeto, com a criação de um programa de pesquisas de longa duração e a organização tanto de uma estrutura de gestão dos projetos de pesquisa, transferida para o âmbito do CNPq, quanto de outra, de apoio logístico, na Marinha, além do estabelecimento de uma estação científica na Antártica. A expedição, portanto, não terminou em fevereiro de 1983. Prossegue até hoje, quarenta anos passados, conduzida com competência e dedicação por todos os que nos sucederam. As fundações implantadas à época se mostraram sólidas, mas "restará sempre muito o que fazer". ■

NOTAS

(1) Contra-Almirante Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker, Secretário da CIRM de 1981 a 1983

(2) Bakker, Múcio. Subsídios para a história: o início da participação brasileira no Continente Antártico e algumas considerações sobre os recursos do mar (um depoimento). Manuscrito não publicado. Rio de Janeiro, [1985]

(3) O primeiro desses cientistas foi o meteorologista Rubens Junqueira Villela, da USP

(4) A CONANTAR somente veio a ser criada em 1982.

(5) Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha no governo João Figueiredo, de 15/03/1979 a 21/03/1984

(6) O Álbum Brasil/Antártica 1982/1983. 1ª Expedição Brasileira à Antártica. (Brasil. Ministério da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Brasília, 1984) contém fotos e detalhes da expedição, bem como a lista dos participantes, dos dois navios, com a lamentável, mas não intencional, omissão do nome do Conselheiro Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães

(7) Brasil. Ministério da Marinha. Secretaria da CIRM. Brazilian Antarctic Activities. National Commission for Antarctic Affairs - Interministerial Commission for the Resources of the Sea. Brasília, Aug. 1983. Disponível na biblioteca da SECIRM

(8) Austrália. Department of Foreign Affairs. Antarctic Treaty. Report of the Fifth Consultative Meeting. Canberra, 1983. Disponível na biblioteca da SECIRM.